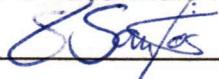


**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À
MUDANÇA DO CLIMA - CMMC
31 DE OUTUBRO DE 2017.**

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às 9h30, realizou-se a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima, na SEMAM, sito à Praça dos Expedicionários nº 10, 9º andar. Estavam presentes: Sr. Eduardo Kimoto Hosakawa (SEDURB), Sr. Márcio Gonçalves Paulo (SEMAM), Sr. Marco Aurélio Neves da Silva (SESERP), Sra. Ilza Melo Nigra (SECOM), Sra. Pacita Lopez Franco (DEFESA CIVIL) Sr. Adilson Luiz Gonçalves (SAPIC), Sr. José Marques Carriço (SEDURB) e o convidado: Sr. Marcus Fernandes Neves (SEMAM). Ausências justificadas: Sr. Marcos Libório (SEMAM), Sr. Marcos Bandini (SESERP). Sendo a seguinte ordem do dia: 1. Leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária, enviada por e-mail para leitura prévia; 2. Inventário de Gases de Efeito Estufa. 3. Assuntos Gerais. Sr. Eduardo Kimoto, Vice-coordenador, agradeceu a presença de todos, perguntou se todos receberam a ata e se havia alguma consideração a fazer. Ninguém se manifestou contra e foi aprovada. Sr. Eduardo anunciou que a reunião tem a finalidade de dar seguimento interno ao Termo de Referência e plano de enfrentamento às mudanças climáticas, em consonância com o Plano Nacional e Municipal e lembrou que é um trabalho para atualização. Sr. Adilson descreveu que onde se lê “adaptação” entenda-se como “enfrentamento”. Sr. Marcio Paulo acrescentou que a verba não é suficiente para revisar. Sr. Eduardo falou que está trabalhando com o Ministério do Meio Ambiente para tal e o Governo Federal estabeleceu o Índice de Desempenho Ambiental, apresentando relatórios para serem analisados. É preciso ter controle de emissões de embarcações, atualmente consta apenas a emissão dos escapamentos de veículos. Sr. Adilson esclareceu que os navios utilizam os motores para gerar energia, poucos utilizam energia em terra, só o Porto consome 80 megawatts e para fazer o inventário é preciso fazer medições, o que é oneroso. Sr. Marcio Paulo disse que a proposta é trabalhar com o que tem disponível no município. Sr. Adilson lembrou que se quiserem implantar políticas ambientais no Porto, terão que contar e envolver a União, o Governo Federal. Sr Adilson disse que quanto à abrangência geográfica, próximo a Cubatão, na Área Continental, pode ser instalado um medidor. E ao definir a medição de campo, definir um mosaico, como fazer, e quando, sugerindo o período durante operação de carga e descarga. É preciso estabelecer critérios para os pontos de coleta de dados, em terminal com operação portuária e sugeriram quatro locais: Ponta da Praia, Capitania, e onde há graneis de líquidos, Alemoa e Ilha Barnabé. Sra. Pacita disse que a coleta de dados precisa ter localização e

determinar pelo menos 7 pontos, os quais serão definidos em reunião com equipes técnicas. Sr. Eduardo disse que a metodologia utilizada é a GPC, uma norma geral, e Sra. Pacita perguntou sobre o protocolo GHG e GVG, citados no Termo. Ele explicou que estão incluídos na metodologia GPC. Também atentar se os dados das concessionárias são estabelecidos em anuais ou semestrais. Sr. Adilson disse que a coleta precisa ser em dia útil, em época de safra, a partir de abril, no inverno. Sr. Marcio Paulo esclareceu que essa é a foto do pior cenário. Sr. Carriço perguntou se o contrato será assinado em 2018, para prestarem atenção e pegar o ano cheio. Sr. Marcio Paulo lembrou que a medição para coleta de dados será colocada para medir a poluição gerada pela mobilidade e que a época analisada seja a mais atual possível. Sra. Pacita comentou que o que for pedido de diferente, já citado por Sr. Carriço o Sr. Bandini, tenha periodicidade e treinamento para habilitar os técnicos, a fim de que entendam melhor a metodologia. Sr. Carriço sugeriu que apliquem oficinas e criem na Semam área para monitoramento. Sr. Eduardo contou que no final de um dos documentos, uma empresa diz que treinará e monitorará a comissão. Outra questão seria esse trabalho se tornar uma seção específica. Ressaltou que eles possuem site e o software é proprietário. A periodicidade não foi incluída, devido ao valor para contratar, com custo de atualização e de licença anual. Decidiram incluir no Termo de Referência treinamento da comissão e software livre. Sr. Adilson sugeriu indicar um software aberto para acompanhamento, proposto por eles. Marcarão reunião com a Cetesb para definir pontos de monitoramento de coleta de dados e equipamentos necessários, além de estipular a rotina de manutenção. Sr. Eduardo disse que será incluído no termo, no escopo dos serviços: "4.1.6 com perspectivas de continuidade do processo de inventário e de medidas mitigadoras". Foi sugerido, que após a reunião com a Cetesb, seja convidado um especialista indicado por eles para sanar as dúvidas técnicas. A seguir, o vice-coordenador agradeceu a disposição e presença de todos e nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Eu, Sandra Cunha dos Santos  lavrei a presente ata, contendo 02 páginas, que, depois de aprovada pelo Conselho, será assinada pelo Vice-Coordenador.



Eduardo Kimoto Hosakawa